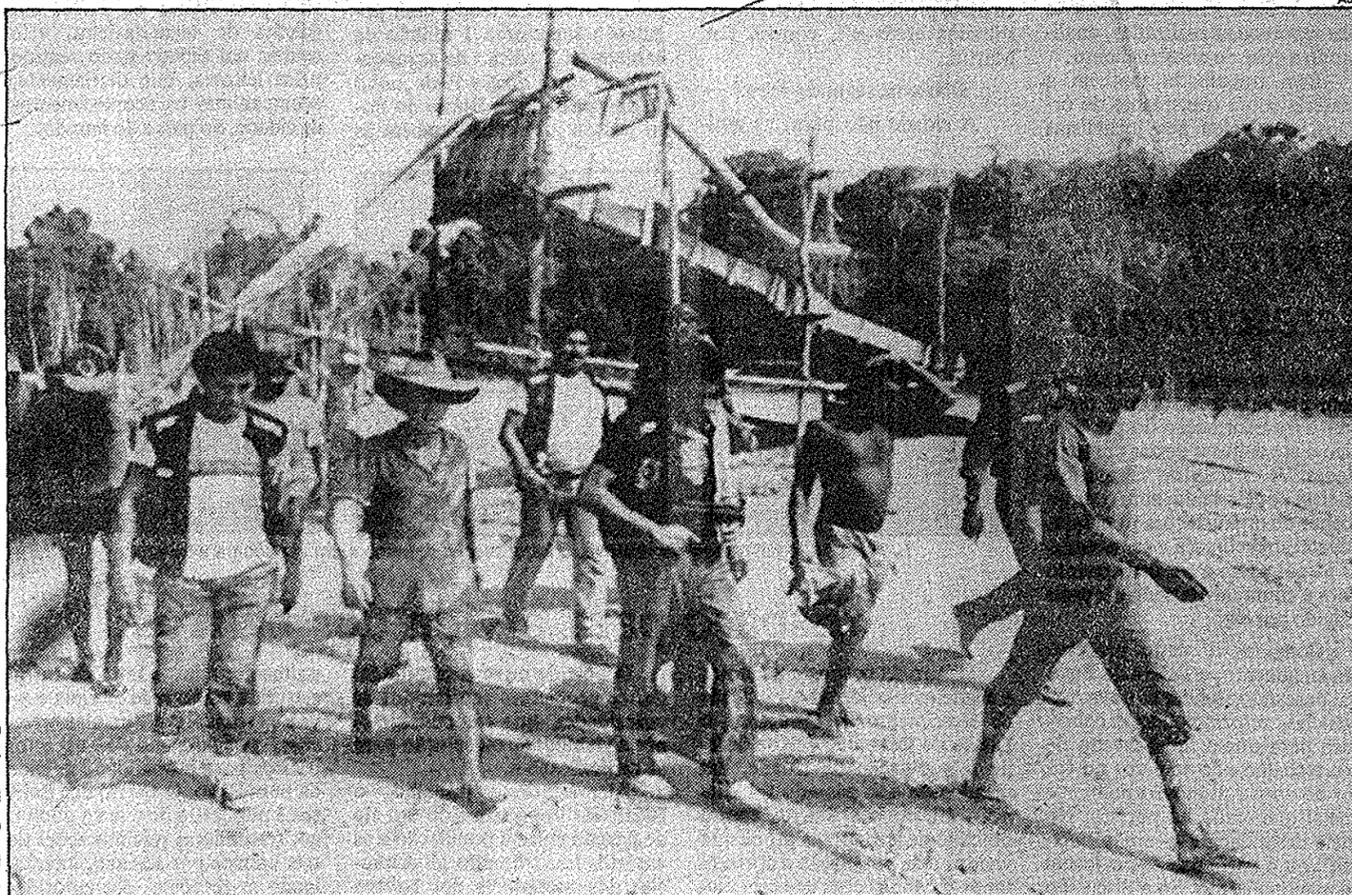


CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário do Povo Class.: 1423
 Data: 20.01.90 Pg.: _____

190



Garimpeiros são retirados por agentes da Polícia Federal do Garimpo Baiano Formiga, em Roraima:

manobra primária que não diminui o risco para os indígenas e para a integridade da floresta nacional

Querem justificar o injustificável

MAURO ANTONIO MORAES VICTOR

Enquanto Ianomami e garimpeiros travam batalha de vida e morte em Roraima, nos gabinetes acarpetados do Planalto os burocratas travam outra batalha: a batalha bacharelesca e de trocadilhos sarcásticos para justificar o injustificável.

Retirar os 40 mil garimpeiros das reservas indígenas Ianomami para instalá-los no "colchão amortecedor" ou espaço envoltório dessas reservas, constituídas por áreas da Flona (Floresta Nacional) de Roraima, é manobra primária. Esta manobra substancialmente não diminui o risco para os indígenas e para a integridade da Flona. Se é verdade que as reservas indígenas são invioláveis pela Constituição, também é verdade que as flonas, pela legislação vigente, não admitem atividades predatórias, como por excelência é a mineradora. Onde entra o garimpeiro, a mata é destruída, os rios são assoreados e

contaminados por mercúrio, a caça desaparece e a vida dos povos da floresta torna-se impossível.

Sob o ponto de vista conceitual, as flonas devem abrigar primordialmente a exploração comercial de madeira, sob o chamado "manejo auto-sustentado", como o que se realiza experimentalmente na Flona de Tapajós.

Desta forma, o recente decreto presidencial n. 98.812 de 09 de janeiro de 1990, feito de encomenda para dar fachada legal à invasão da Flona de Roraima, deve ser denunciado, pois abre também perigoso precedente, tornando vulnerável toda a rede de flonas que perfaz mais de 40 milhões de hectares na Amazônia Legal (somadas as áreas propostas e já criadas). Imagine se a moda pega. Essas flonas não resistiriam à pressão dos mais de 1 milhão de garimpeiros hoje vivendo na Amazônia.

Ademais, essas áreas da Flona de Roraima para onde seriam transferidos os garimpeiros estão interditas por decisão judicial, sob a alegação de que também são território yanomami.

Esta situação, porém, não causa espanto. Tem sido uma constante na história da predação do patrimônio natural, humano e cultural da nação, sistematicamente destruído apesar da lei. A primeira legislação ambiental feita no Brasil data de 1.594, quando a Câmara de São Paulo proibiu o corte dos pinheiros, prevenindo severas penalidades aos infratores. Depois, uma enxurrada de leis e decretos. Não obstante, os pinheiros, que originalmente vestiam mais de 19 milhões de hectares do Sul do país, hoje estão reduzidos a minguados 500 mil hectares...

E as "penalidades aos infratores" sempre foram uma piada.

Da mesma forma, mestre Flávio Garcia ensina que a primeira reserva nacional data de 1911, quando o Marechal Hermes da Fonseca criou no território do Acre uma área de 2,8 milhões de hectares. Até hoje essa reserva

não foi implantada nem o decreto revogado.

A tragédia atual dos Ianomami também é mera continuidade do processo de extinção dos povos indígenas, apesar do virtuosismo legisferante.

Dos 6 milhões de índios existentes à época do descobrimento, sobrevivem hoje 220 mil. De acordo com os dados do Cedi, dos 400 Ianomami que em 1987 viviam na região do Paapiu, estima-se que a metade tenha morrido, vítima da malária e outras doenças introduzidas pelo branco, já que seus organismos estavam minados pela desnutrição e intoxicação mercurial.

Insensíveis ao genocídio, os burocratas de Brasília ainda se dão ao luxo de tripudiar sobre as vítimas com frases de efeito e trocadilhos de mau gosto:

— "A questão Ianomami está sendo tratada com açúcar e com muito afeto, do jeitinho brasileiro", debocha o ministro da Justiça.

Ao que o procurador-geral muito apropriadamente rebate:

— "Com tanto açúcar esta

nação acaba morrendo de diabetes..."

Ou ainda o ministro da Justiça desdenhando da ameaça de prisão de seu diretor-geral da Polícia Federal, feita pelo mesmo procurador-geral:

— "A única cadeia que o diretor merece é a cadeia de televisão..."

Aos amantes desse gênero de tertúlia, cabe advertir: "No respect for the Ianomami, no money at all".

Aqui, justamente entra um fator complicador capaz de mudar radicalmente a predação secular: a par da resistência da cidadania e de um ministério público corajoso, existe a pressão da comunidade ambientalista internacional que pode chegar ao extremo de barrar a entrada de dinheiro novo no país e bloquear a entrada de produtos brasileiros no exterior.

A era dos ambientalistas românticos acabou. A economia se internacionalizou e o meio ambiente também.

Agora mesmo, o governo negocia um pacote de recursos externos para programas ambientais no país. Deste constam mais de US\$ 150 milhões do Banco Mundial, US\$ 100 milhões da Alemanha Ocidental, US\$ 2 bilhões do Canadá que incluem projetos no Acre. Certamente o episódio dos Ianomami, de grande visibilidade internacional, afetará essas negociações. É a única linguagem que este acampamento de mercadores, em que se converteu a nação, entende depressinha.

O governo Collor, que estuda o perdão parcial da dívida externa, trabalha dentro deste balizamento; seu provável ministro das Relações Exteriores, Rubens Ri-

cupero, já sinalizou: "Para tornar possível o fluxo de capitais externos de risco (na forma de investimento ou empréstimo) o novo governo precisa articular uma política externa combinada com o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente".

Tampouco pode o garimpeiro entrar como vilão nessa história. Comprovou-se que 70% dos invasores das reservas indígenas Ianomami são originários do Maranhão, de onde saíram pressionados pela questão agrária não resolvida e induzidos pelo mesmo governo. São apenas o elo final e mais sofrido de poderosa cadeia ceuada no enriquecimento fácil. Claro que a questão agrária é o pano de fundo desta tragédia moderna. Até o insuspeito Antonio E. de Moraes (insuspeito de contaminação lulista) já chegou à conclusão da necessidade da reforma agrária, a partir de elementar exercício aritmético: "Dos 200 milhões de hectares de terras agricultáveis existentes no país, apenas 50 milhões de hectares são usados racionalmente".

Se o governo Collor enfrentar a questão agrária com os mesmos subterfúgios e paliativos do atual (com o "jeitinho brasileiro"), por certo a questão indígena e a questão da conservação dos recursos nas florestas nacionais se agravarão nos próximos anos, afetando, de cambalhada, todo o quadro econômico interno e externo

É só conferir.

* Mauro Antonio Moraes Victor é eng. agr. especializado em Ciências Florestais pela USP. Com pós-graduação em planejamento de terras em Wageningen, Holanda. É sócio fundador da SOS-Mata Atlântica e vinculado à Oikos-União dos Defensores da Terra.